

Apresentação CPI dos Fundos de Pensão

Estudo de caso:

- *Itaúsa / NTNB / Camargo Corrêa*
- *Lupatech*

*São dois casos emblemáticos, o primeiro, analisado e denunciado pelo ex-Diretor da Petros Domingos de Saboya Barbosa Filho, serviu para acordar um grupo de participantes assistidos que nem tudo eram flores na gestão da Fundação e o segundo por demonstrar a forma absurda de como jogar fora mais de **R\$ 500 milhões** de participantes indefesos*

Itaúsa / NTNB / Camargo Corrêa

- Em 30/12/2010, em leilão público, a Petros adquiriu o lote de 11,43% da Camargo Correa e mais 1,30% de outros ofertantes de ações Itaúsa ON, o que lhe deu o equivalente a 12,70% do capital votante.
- A compra das ações ITSA3 (R\$3,09 bilhões) foi viabilizada com a venda de 1.285.000 títulos NTNB recebidos (parte) na troca (2010) com outros NTNB com origem em outra troca (2001) com títulos podres da privatização das subsidiárias da Petrobrás e repassados para a Petros como pagamento de dívida histórica da Patrocinadora. Essa venda rendeu R\$2,602 bilhões, empregados na compra das ações, e deram prejuízo imediato de R\$16,3 milhões, devido ao deságio na venda.
- A troca título por título (valor envolvido: R\$16,3 bilhões, perto de 1/3 do patrimônio da fundação na época), serviu ao TN que esticou sua dívida pública até 2050 e produziu uma grande pedalada quando a Petros enxertou outros títulos que não tinham origem na privatização das subsidiárias da Petrobrás, mas da Eletrobrás e que nos rendiam IPCA+11,05%a.a.

- Ao comparar o rendimento dos títulos vendidos (atendiam a meta atuarial) com os dividendos pagos por esse lote inicial de ITSA3 no período 2011/2014, o valor recebido seria 123% a mais do que os dividendos que recebemos, diferença de R\$478 milhões em dinheiro de hoje.
- Em relação aos juros semestrais recebidos com os títulos da Eletrobrás (IPCA+11,05%a.a.), enxertados na troca de 2010 pelos gestores da Petros, a perda desse rendimento atinge em valores atuais, R\$31 milhões a cada ano, total de R\$124 milhões irrecuperáveis.
- A compra do lote de ações da Camargo Correa, negociadas a R\$14,48/ação embutiu ágio injustificável (11,956%) sobre o valor de R\$13,39/ação, fixado em set/2010).
- Mas se considerarmos o valor médio da ação nos 4 meses anteriores à compra, o prejuízo, irrecuperável devido ao ágio, trazido aos nossos dias, supera os R\$545 milhões.

- O Sr. Henrique Jäger, em depoimento aqui nesta CPI, afirmou que o preço pago envolvia **Prêmio de Controle** – erro de assessoria - **não existe e nunca existiu qualquer Prêmio de Controle agregado ao lote da Camargo Correa.**
- Ele afirmou também que o **COMIN** (Comitê de Investimentos) é o principal comitê da área de investimentos.
- Não explicou porém porque esse Comitê não foi ouvido durante os 12 meses em que o tema foi debatido internamente.
- A Camargo Correa, mantinha com seu lote, um conselheiro no CA da Itaúsa, função do elo de amizade com as famílias Setúbal e Vilella. Assim, a vaga não era exercida em conformidade com a lei 6404/76.
- Essa mesma situação foi repassada para a Petros que indicou o Sr. José Sérgio Gabrielli: ele assumiu em 29/4/2011. É de se supor que a vaga do Sr. Gabrielli lhe chegou às mãos como forma de viabilizar o negócio.
- A partir de jun/11 a Petros iniciou busca desenfreada de compra para alcançar a marca de 15% do capital votante, o que só foi formalizado em 10/1/14, conforme Comunicado de Relevância enviado à holding.

- O período fez da Petros a maior compradora dessas ações a mercado, **média de 84,92% de todas as ações ITSA3 negociadas na Bovespa.**
- Em dez/13, para um total de **800.800 ações** negociadas em 19 pregões ocorridos, a Fundação comprou **717.214** ou **89,56%**
- **O balanço da Petros de 31/12/2013 apresentou uma série de situações altamente suspeitas, dessas que hoje conhecemos como pedaladas.**
- **Uma delas** envolveu as ações da Itaúsa. Em 13/12/13, ITSA3 chegou ao valor mínimo do ano. Nesse dia, considerando a quantidade que a Petros mantinha em estoque (base nov/2013 = 313.511.891), seu valor financeiro era de **R\$3.025.389.748**. Ao fechar o último pregão do mês (**R\$12,70**) o valor saltou para **R\$3.981.601.016**. Ou seja, em apenas 10 pregões, esse investimento sofreu uma valorização total de **R\$956.211.268**. Não estão consideradas aqui as 717.214 ações ITSA3 compradas em dez/13. Ao olhar os dois últimos pregões do ano, ressalta valorização fora do padrão, com valores acima de 7% diários e sem qualquer justificativa.
- Em 21/2/14 o valor unitário caiu para **R\$9,10**. Cobramos isso da CVM que não viu irregularidade alguma nesse comportamento.

- O negócio com as ações ITSA3, pelo tempo decorrido na negociação – 12 meses – apontou uma série de situações estranhas que os diversos órgãos aos quais levamos esses possíveis problemas não deram retorno até agora. Parte delas envolvendo a chamada **INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA** - Lei 6.404/76 - §§ 1º e 2º do art. 155.
- Da parte da Camargo Correa há 3 situações gritantes, 2 das quais documentadas, portanto, passíveis de penalização pelos órgãos responsáveis somente com esses documentos. A terceira, de maior envergadura necessita de um levantamento **acurado** por parte da CVM.
- Do lote inicial que a Camargo Correa possuía (**10,31%**), segundo informações do mercado = **173 milhões** de ações, vendeu **192 milhões** para a Petros, quase **19 milhões a mais** = lucro que, trazido a valores de hoje, ultrapassaria com folga os **R\$61 milhões**.
- A mesma hipótese-indício ocorre também dentro do período pré-leilão, principalmente quando se percebe a quantidade elevada de negócios com as ações ITSA3 e, principalmente os saltos percentuais positivos nos pregões que antecederam a operação.

- Em denúncia feita à Previc, ela reconheceu a operação como irregular.
- Punido somente o ex-diretor de investimento e ex-presidente Luiz Carlos Fernandes Afonso – o chamado BOI DE PIRANHA
- A operação foi aprovada de forma COLEGIADA pela Diretoria Executiva
- Foi aprovada no Conselho Deliberativo por unanimidade
- Considerando como correta a afirmação do Sr. Henrique Jäger dada em seu depoimento em 1/9/2015, insistimos com a Previc que se estenda a todo o quadro decisório a punição pela grave irregularidade que recai sobre Diretores e Conselheiros Deliberativos da Petros
- ***Talvez seja o caso desta CPI convocar os Fiscais da Previc responsáveis pela apuração para explicar o motivo da irregularidade ter ocasionado punição somente ao ex-diretor de investimentos naquela operação e que assumiu a presidência da Petros no dia seguinte da operação, renunciando em 2014 por ter sido penalizado criminalmente em outra operação quando era secretário na Prefeitura de São Paulo***

MEMO

Data: 02 de junho de 2010

Para: Camargo Corrêa S.A.

A/C: Sr. Luiz Muniz

De: Isabel Bocater
Lucimara Moraes Lima
Daniel Corrêa D'Agostini

Assunto: Regime jurídico aplicável ao leilão comum de ações em bolsa por procedimento especial

Vejam a data – O leilão foi realizado em 30/12/2010.

A CC vendeu nessa data o total de 192.083.883, isso demonstra que houve uso da informação privilegiada e gerou lucro de R\$6,2 milhões atualizados

1 A Camargo Corrêa S.A. ("CC") é detentora de 190.593.224 (cento e noventa milhões, quinhentos e noventa e três mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias de emissão da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("ITAUSA" ou "Companhia"), equivalentes a 11,4% (onze virgula quatro por cento) do capital votante da Companhia ("Lote de Ações")

tanto na posição compradora, como na vendedora ("Lote"), respectivamente na BM&FBOVESPA. ("Bolsa").

3. Esse procedimento possibilita a participação equitativa de vendedores e compradores em operações realizadas no âmbito de bolsa de valores, dando-se total transparência aos negócios realizados e atende aos requisitos da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 ("Resolução 3.792") cuja regra geral é a de que

Emissão NTN-B	Vencimento NTN-B	Preço Unitário (R\$) 15/11/2001	Quantidade	Financeiro (R\$)
15/11/2001	15/11/2013	1.107,529945	1.332.916	1.476.244.384,17
15/11/2001	15/11/2033	1.107,529945	5.932.856	6.570.815.679,37
Total			7.265.772 ✓	8.047.060.063,54 ✓

Títulos do Tesouro Nacional - NTN-B - parte com origem em privatização da Petrobrás

TÍTULO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	RENDIMENTO	PU	QUANTIDADE	VALOR ECONÔMICO - R\$
NTN-B	15/11/2001	15/11/2013	ipca + 6%	1.967,19	1.332.916	2.622.093.102,56
NTN-B	15/03/2002	15/03/2023	ipca + 11,05%	2.021,46	745.414	1.506.822.223,71
NTN-B	15/11/2001	15/11/2033	ipca + 6%	2.050,41	5.932.856	12.164.762.637,74
TOTAL					8.011.186	16.293.677.964,01

Títulos do Tesouro Nacional - NTN-B - recebidos em troca dos anteriores

TÍTULO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	RENDIMENTO	PU	QUANTIDADE	VALOR ECONÔMICO - R\$
NTN-B	23/12/2010	15/08/2014	Tx mercado	1.996,29	394.046	786.631.720,69
NTN-B	23/12/2010	15/05/2015	Tx mercado	1.976,11	132.679	262.187.724,72
NTN-B	23/12/2010	15/05/2017	Tx mercado	1.990,52	395.188	786.628.099,05
NTN-B	23/12/2010	15/08/2020	Tx mercado	2.023,01	388.850	786.645.589,90
NTN-B	23/12/2010	15/08/2024	Tx mercado	2.046,99	736.115	1.506.821.408,60
NTN-B	23/12/2010	15/08/2040	Tx mercado	2.118,38	1.148.518	2.432.997.998,42
NTN-B	23/12/2010	15/05/2045	Tx mercado	2.129,87	2.284.601	4.865.906.188,66
NTN-B	23/12/2010	15/08/2050	Tx mercado	2.151,32	2.261.799	4.865.859.232,97
TOTAL					7.741.796	16.293.677.963,01

LUPATECH

- Lupatech é o caso mais emblemático de má gestão, em todos os níveis.
- Nestor Perini, empresário gaúcho já falecido, fundou o grupo em 1968.
- Em 2000, ficou famoso ao aplicar golpe de **R\$60 milhões** em pecuaristas do Mato Grosso através do frigorífico Frigoverdi.
- Em 2011, resultado do golpe, perdeu elevado valor (**R\$6,8 milhões** em ações) em sua holding familiar, a Lupapar, dona de 25% da Lupatech.
- A perda obrigou Nestor Perini a vender parte das ações que a Lupapar detinha em Lupatech (equivalente a **R\$7,8 milhões**).
- A operação derrubou o valor unitário das ações Lupa3 a **R\$3,45**, seu mais baixo valor histórico naquela ocasião - (vide Instrução CVM-358).
- Com todo esse currículo, ele só foi desligado da diretoria da Lupatech a partir de agosto de 2011, permanecendo à frente do seu CA até seu falecimento em 2/8/2013

- A Petros iniciou a compra de LUPA3 em nov/2007, autorizada pela sua Diretoria Executiva (item 8 da ata Petros-DE-1627/2007), submetida ao seu Conselho Deliberativo (item 20 da ata Petros-CD- 371/2007).
- Ainda que sem possibilidade de números reais, estima-se que essas compras foram feitas com a ação acima de R\$51,00/ação.
- O último dividendo distribuído pela Lupatech (R\$0,13) ocorreu em 9 de abril de 2007.
- **A Petros JAMAIS recebeu qualquer dividendo até hoje.**
- Em 2008 elevou sua participação atingindo, em jul/2009, 15% do capital votante. Espantoso em tudo isso é que, na medida em que a Lupatech definhava, os gestores da Petros mais investiam
 - **11/2007 – 376.000 AÇÕES @ 51,00 – R\$19.176.000,00**
 - **10/2008 – 2.604.000 AÇÕES @ 18,75 – R\$48.825.000,00**
 - **12/2009 – 4.546.201 AÇÕES @ 27,15 – R\$123.429.375,15**
- A aquisição de ações de uma empresa deficitária nos volumes acima, por si só já é prova de gestão temerária.

- Mais uma vez, os gestores da Petros, que com certeza não são pessoas ingênuas a ponto de julgar que estavam fazendo bom negócio, **agiram em obediência a objetivos desconhecidos por nós mas, evidentemente, alheios e contrários aos objetivos dos participantes da Fundação.**
- Lupatech se tornou conhecida pela compra agressiva de diversos ativos, alguns a preços muito elevados e tinha como forte cliente a Petrobrás.
- A situação se deteriorou de vez a partir dos problemas de caixa da nossa patrocinadora.
- Em 27/10/2011, ata 1865, item 11, a Diretoria Executiva aprovou a compra de um CCB no valor de **Rs60 milhões**, com proposta de rendimento = **IPCA+11,5%a.a.**, condicionada à apresentação de relatório de rating e aprovação de instrumentos jurídicos pela Gerência Jurídica
- Dada a situação já desesperadora da empresa, a mídia tratava essa compra como empréstimo (<http://exame.abril.com.br/noticia/as-5-saidas-para-a-lupatech-evitar-o-calote-segundo-a-moodys/imprimir>).

- Evidente que isso foge a qualquer legalidade. Infelizmente a legislação permite essa triangulação e o resultado, no caso da Petros, são os mais de 70 investimentos jogados em provisão para devedores duvidosos que acusam mais de **R\$ 850 milhões**, grande parte com perda total
- Em 2 de abril de 2012, de comum acordo, Lupatech e Petrobrás encerraram contrato no valor de **U\$779 milhões**.
- Em 5 de abril de 2012 a Petros fez acordo (junto com o BNDESPAR) em que se comprometeu a subscrever aumento de capital a **R\$4,00/ação**, caso os demais acionistas não o fizessem, além do valor a que tinha direito. Como as ações já estavam abaixo desse valor, a Petros e o BNDES, acabaram por assumir o ônus. Esse acordo veio ao custo de **R\$130 milhões** para a Petros.
- A impressão que essa operação causou a nós participantes foi a ocorrência de uma barganha: a Petrobrás aportaria recursos via Petros (**com recursos que eram da Petros**) e, em contrapartida, a Lupatech desistiria dos contratos e de qualquer demanda a eles associada.
- **Diga-se de passagem que a Lupatech com toda a certeza teria direito a invocar indenizações da Petrobrás por atrasos na autorização de execução dos serviços contratados, ou por desistência da Petrobrás em executá-los.**

- Há indícios sérios de desvio de recursos públicos (BNDES) e privados (Petros) de forma irresponsável para um negócio sem futuro, com o duplo objetivo de livrar a Petrobrás do pagamento de indenizações por descumprimento de contratos de grande vulto e ao mesmo tempo possibilitar que a empresa socorrida saldasse parte de suas dívidas com um seleto grupo de credores.
- Em última análise, trata-se de prática bem conhecida em nosso país: **socialização de prejuízos**. Acima de tudo, é mais um caso emblemático de intromissão indevida de interesses de terceiros - governo, patrocinadora ou particulares por eles protegidos – nos negócios dos fundos de pensão de estatais, acarretando-lhes prejuízos e colocando-os irresponsavelmente no caminho da ruína.
- Em 2014, foram feitos novos acertos financeiros de forma a sanar seus problemas econômicos. Esses acertos derrubaram a participação da Petros, **que era de 15% para somente 0,82%**. A Petros aplicou na empresa valores superiores a **R\$400 milhões** e que hoje estão avaliados em pouco mais de **R\$223 mil**.
- A perda, em valores atualizados, é de **R\$440 milhões**. Não temos informação sobre o destino da letra de **R\$60 milhões**. Se o CCB não foi resgatado, o prejuízo chega perto de **R\$520 milhões**.

Provisões Matemáticas vs. Patrimônio - PPSP



- ENTRE 2012 E 2014 AS PROVISÕES SOMADAS A FUNDOS PREVIDENCIAIS CRESCERAM **R\$3,1 BILHÕES**. NO MESMO PERÍODO, OCORREU PERDA DE PATRIMÔNIO DE **R\$6,7 BILHÕES**
- O DÉFICIT DE 2014, DE **R\$6,7 BILHÕES** (VALOR ATUALIZADO PARA AGOSTO/2015) NÃO EXISTIRIA SE O DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS PELO MENOS COMPENSASSE A INFLAÇÃO DE 2013 E 2014, POIS 2012 TERMINOU COM SUPERÁVIT DE **R\$3,2 BILHÕES**
- ENTRE DEZEMBRO DE 2014 E AGOSTO DE 2015 AS PROVISÕES E FUNDOS PREVIDENCIAIS CRESCERAM **R\$1,2 BILHÕES**. NO MESMO PERÍODO, OCORREU PERDA DE PATRIMÔNIO DE **R\$5,4 BILHÕES**, AMPLIANDO O DÉFICIT PARA **R\$13,3 BILHÕES**
- O TAMANHO DO DÉFICIT E SEU CRESCIMENTO ASSUSTADOR É RESULTADO DA MÁ GESTÃO DO PATRIMÔNIO QUE DESVIOU PARA APLICAÇÕES EM RENDA VARIÁVEL UMA PARCELA EXCESSIVA DO PATRIMÔNIO, EXPONDO-O A RISCOS DESNECESSÁRIOS, AGRAVADOS POR ESCOLHAS EQUIVOCADAS QUE RESULTARAM EM PERDA DE RENTABILIDADE E LIQUIDEZ, QUANDO NÃO EM PERDA TOTAL DOS RECURSOS INVESTIDOS

Apresentação CPI dos Fundos de Pensão

Obrigado pela atenção

Sérgio Salgado
Ex-Conselheiro Fiscal da Petros 2007-2011
sertalga.2304@gmail.com

Raul Correa Rechden
rrechdeno66@gmail.com

Velocino Tonietto
fractonietto@yahoo.com.br

AMBEP – **A**ssociação de **M**antenedores **B**eneficiários da **P**etros

Suporte Tecnológico – www.discrepantes.com.br
Abdo Gavinho
abdogavinho@gmail.com